

Plano de Governo

18



GOVERNADOR

AUDIFAX
VICE TENENTE ANDRESA DOS BOMBEIROS

Índice

SEGURANÇA.....	06	INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA.....	102
SAÚDE.....	28	TECNOLOGIA E INOVAÇÃO.....	108
SAÚDE E PROTEÇÃO DOS ANIMAIS.....	36	MEIO AMBIENTE.....	112
MULHERES.....	40	AGRICULTURA.....	118
EMPREGO.....	48	TURISMO.....	122
SANEAMENTO.....	58	MOBILIDADE URBANA.....	128
EDUCAÇÃO.....	64	CULTURA.....	134
DESIGUALDADE SOCIAL.....	80	ESPORTE.....	140
HABITAÇÃO.....	88	GOVERNANÇA.....	146
DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO.....	92		

Compromisso com a vida

Para fazer este programa de governo, eu visitei todos os municípios. Conversei com especialistas e pessoas comuns, que me relataram suas expectativas e dificuldades. A decepção maior de quase todo mundo é com a Segurança Pública. Com razão. Há 8 anos que esse Governo promete melhorias para o setor, mas a violência só aumenta. A propaganda oficial fala em Estado Presente, mas a estatística das mortes desmente. Sou economista e administrador, e tenho uma experiência de mais de 30 anos em gestão pública - fui prefeito da Serra por 12 anos. Eu garanto a você que o Estado pode mais e a gente está se contentando

com pouco. Não dá mais para esperar. As famílias estão sendo desfeitas, os comerciantes não aguentam mais tantos assaltos, ter o próprio negócio virou uma atividade de alto risco. As polícias fazem a sua parte, mas o Estado não investe o suficiente para que elas protejam as pessoas. Pra sua vida mudar, você precisa mudar o seu voto. A minha decisão de disputar esta eleição é uma declaração de amor ao Espírito Santo. O que eu fiz na Serra, quero fazer agora para todos os capixabas.

Vem comigo, dá pra fazer melhor!

A handwritten signature in blue ink that reads "Audifax". The signature is fluid and cursive, with the "A" and "F" being particularly prominent.

A REALIDADE





A VIDA TÁ DIFÍCIL

(Tá difícil para a população e também para os policiais)

Sem uma remuneração que compense o risco de vida que enfrenta em cada esquina, sem os instrumentos de trabalho necessários, sem a assistência psicológica que necessita, o policial também é uma vítima do campo de guerra que se instalou no Espírito Santo.

Já imaginou viver a possibilidade iminente da morte? Já imaginou prender um marginal de manhã e à tarde se encontrar com ele já de volta ao crime e com vontade de vingar? E a família do policial? Também está sujeita ao mesmo risco. Qual profissional consegue trabalhar bem sabendo que a morte ronda a sua vida?

O Estado é completamente omisso no que diz respeito à assistência psicológica. Isso explica os elevados casos de depressão e suicídio na Polícia Militar em todo o país. O Espírito Santo não é uma exceção.



O MEDO TOMOU CONTA

Pessoas de bem estão presas em casa, enquanto os marginais andam soltos por aí ameaçando todo mundo.

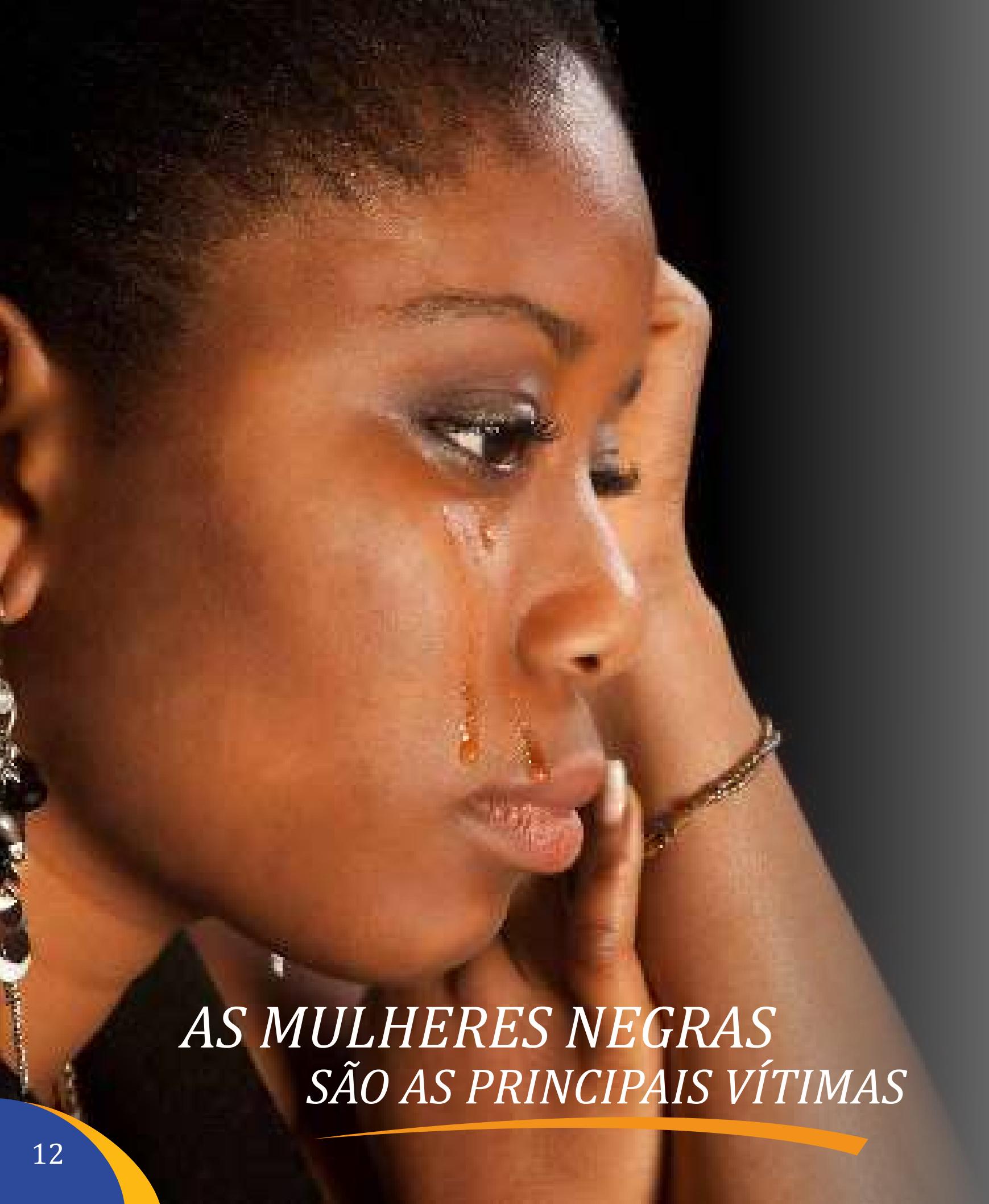
PRINCIPAIS DEFICIÊNCIAS:

Redução anual do orçamento do governo do Estado destinado à Segurança Pública – 1,42% em 2018, 1,41% em 2019, 1,18% em 2020 e 1,12% em 2021;

Baixo emprego da inteligência. Baixo investimento;

Ausência de investigação de crimes sem vítimas fatais;

Desbalanço entre o efetivo da Polícia Civil e o da Polícia



AS MULHERES NEGRAS SÃO AS PRINCIPAIS VÍTIMAS

Militar, provocando retenção dos PMs na lavratura dos autos de prisão em flagrante e limitando a investigação aos homicídios;

Precariedade do sistema carcerário, como o elevado contingente de agentes carcerários temporários;

Falta de investimento no Corpo de Bombeiros;

Aumento dos casos de feminicídio;

Baixa resolutividade de inquéritos policiais;

Falta de diálogo do Governo do Estado, que não ouve e não atende as urgentes demandas de suas forças de segurança;

Inexistência de índices confiáveis acerca da ocorrência de roubos, furtos, violência doméstica, estupro e feminicídio no Espírito Santo;

Baixa remuneração de policiais civis, militares e bombeiros militares. Em comparação com outros estados da federação, o Espírito Santo é um dos que pior remunera suas forças de segurança.

Por consequência, os policiais se encontram desmotivados, muitos deles não ingressando/ permanecendo no cargo pela falta de competitividade da remuneração paga ao profissional;

Sucateamento e falta de estrutura adequada das delegacias de polícia, além da precariedade da rede de cabeamento de dados e internet disponibilizada às unidades policiais;

Subaproveitamento da estrutura do NUROCC (Núcleo de Repressão às Organizações Criminosas e à Corrupção) transferida pela SESP (Secretaria de Segurança Pública e Defesa Social) à Polícia Civil, sem resultados práticos relevantes para a sociedade no combate à corrupção;

Ausência de serviço médico legal que absorva todas as demandas do interior do estado. Nesse contexto, funerárias tem sido “autorizadas” a transportar os corpos de vítimas de morte violenta (o que inviabiliza a produção probatória), médicos de serviço público atuam como peritos “ad hoc, corpos demoram dias para serem liberados do SML (Serviço Médico Legal) por falta de profissionais para realizar a necropsia. Um verdadeiro desrespeito ao cidadão derivado da falta de investimentos do Governo do Estado;

Adoecimento mental de nossos policiais, sem qualquer assistência psicológica de qualidade oferecida a eles;

Falta de planejamento a médio e longo prazo para a contratação, formação e distribuição do efetivo policial. Em razão do caos na operacionalidade na Polícia Civil e falta de mecanismos que remunere de forma coerente o trabalho extrajornada dos policiais civis, a PCES, seguindo diretrizes equivocadas do Governo do Estado, está tendente a adotar projetos como o “Teleflagrante”, que longe de ser uma solução para a modernização da Polícia Judiciária apenas oculta problemas relacionados à distribuição do efetivo policial, na medida em que desmobiliza o efetivo policial dos plantões do interior, concentra na Capital por meio da virtualização do atendimento

e, neste cenário, causa graves riscos à eficiência da investigação e ao atendimento ao público;

Falta de gestão dos recursos humanos disponíveis. Hoje, a mão de obra especializada do servidor policial civil não está sendo usada para a atividade-fim da Polícia Judiciária. Servidores com anos de experiência em investigação policial acabam sendo mal aproveitados em serviços eminentemente administrativos.



MEDO NO INTERIOR

Já era de se esperar. Se o Governo não dá conta da Segurança nem na Capital, imagina no interior. Os produtores rurais estão assustadíssimos com a onda crescente de assaltos. Roubam de tudo, de dinheiro até cavalos! Ninguém mais tem segurança nos municípios do interior. O medo faz parte da rotina dos capixabas de ponta a ponta do estado.

No primeiro mandato, o governo prometeu que a Segurança Pública seria uma prioridade. Não cumpriu. Agora, no segundo mandato, as promessas foram requentadas e novamente não foram cumpridas. Nesta campanha, certamente as novas propostas mirabolantes vão ser colocadas na pauta. A pergunta é: a gente vai acreditar de novo? Se em 8 anos, com o mesmo modelo de gestão, a Segurança só piorou, por que mudaria agora?

O Espírito Santo tem cerca de 200.000 agricultores familiares. A extensão total do Caminhos do Campo é de cerca de 1000 km. O governo precisa cuidar melhor do interior, garantindo em primeiro lugar o que há de mais importante: a vida.

DIAGNÓSTICO

É imperativa a gestão da segurança pública como prioridade de um governo. Sua condução deve ser feita tecnicamente, com base nas melhores informações disponíveis, e não amparada em senso comum. Pode-se fazer um paralelo à um processo de produção: a partir de uma visão macro, identificam-se os gargalos existentes para melhor desempenho do processo como um todo.

A evolução do número de homicídios e da população encarcerada são importantes termômetros no campo da segurança. Não há estatísticas confiáveis sobre qualquer outro crime além do homicídio. Desta forma, uma importante iniciativa é o aperfeiçoamento de estatísticas igualmente auditadas sobre furtos e roubos de veículos (é materialmente pouco viável fazer estatísticas de outros crimes).

A experiência mostrou que foi possível diminuir pela metade os homicídios, mediante a atuação preventiva da Polícia Militar na apreensão de armas e a investigação por parte da Polícia Civil, aliada à atuação social nas áreas mais violentas, muito embora as ações concretas do governo estadual tenham sido tímidas neste campo.

Contudo, muitos crimes não são adequadamente investigados, o que causa um grande número de inquéritos parados, sem solução. Esse fato diminui a qualidade processual e de prisão dos criminosos, gargalo que carece de uma solução urgente.

Atenção especial deve ser dada à Polícia Penal, instituição responsável pela gestão das unidades prisionais. A despeito do recente reconhecimento como órgão de segurança pública - através da Emenda Constitucional nº 104/2019 e recepcionada pela Constituição Estadual do ES no fim de 2021, há um grande campo para avanço na instrumentalização e no gerenciamento da Polícia Penal capixaba. Das fragilidades existentes, pode-se destacar a precariedade de treinamento, o elevado percentual de agentes penitenciários temporários (que não possuem porte institucional de armas) e a ausência de uma hierarquia estabelecida.

Por sua vez, o Corpo de Bombeiros carece de uma reestruturação, tendo em vista a falta de efetivo e de equipamentos em algumas cidades. Os bombeiros ficam invisíveis quando não há uma tragédia (como a de Petrópolis, por exemplo), apesar da enorme ajuda que promovem ao conter riscos mediante ações preventivas e de fiscalização.

Desta forma, deve-se promover esforços para garantir em especial os municípios do interior: diante de uma ocorrência, muitas vezes é necessário o deslocamento do efetivo de alguma cidade próxima, o que não é ideal.

► PROPOSTAS

GERAIS

- Criar escolas de ensino fundamental integral mantidas pelo governo estadual nas áreas mais violentas, com atividades e currículo atraente, melhorando o aprendizado e evitando a evasão escolar e envolvimento com o crime. Instituir nessas escolas disciplinas e programas que educam os alunos sobre cidadania, o convívio em sociedade e, acima de tudo, o respeito e proteção às mulheres. Nas demais regiões, manutenção de escolas semelhantes mediante convênio com os municípios interessados;
- Elevar significativamente o orçamento do Estado destinado à Segurança Pública;
- Manter o dialogo continuo e permanente com as associações de policiais militares, policiais civis, bombeiros militares e policiais penais, ouvindo e atendendo suas demandas e propostas para a Segurança Pública;
- Instituir boas práticas de segurança pública com foco em resultados, planejamento e no fortalecimento institucional, utilizando-se de bons exemplos nacionais e internacionais;
- Promover reequilíbrio remuneratório e outras medidas de motivação

dos profissionais da segurança pública;

- Capacitar continuadamente e intensivamente todos os profissionais da segurança pública;
- Equipar adequadamente todos os profissionais da segurança pública, especialmente das perícias;

POLÍCIA E BOMBEIROS MILITARES

- Realizar estudo no sentido de promover reequilíbrio remuneratório e outras medidas de motivação dos policiais militares. Equiparar o salário de nossos policiais militares ao de outras federações com perfil similar ao do Espírito Santo, que atualmente é um dos que pior remunera suas forças de segurança;
- Estruturar adequadamente as unidades da Polícia Militar, com internet, tecnologia e conforto para os policiais militares.
- Aumentar efetivo da Polícia Militar, realizando concurso público para resolver a atual defasagem de policiais militares na corporação.
- Redirecionar parte do efetivo da Polícia Militar que está vinculado ao CIODES para ações preventivas (ao invés de reativas), focadas na apreensão de armas ilegais;

POLÍCIA CIVIL

- Capacitar continuadamente e intensivamente todos os profissionais da segurança pública;
- Promover reestruturação completa do Corpo de Bombeiros Militar;
- Fortalecer o combate ao tráfico de drogas, tanto ostensivamente – por meio da Polícia Militar -, como na seara investigativa – de responsabilidade da Polícia Civil. Fortalecer também os programas de desincentivo ao uso de drogas, como PROERD da PMES, bem como de recuperação dos usuários de entorpecentes, em parceria com entidades filantrópicas;
- Plano de Promoção da Carreira do Policial Militar: hoje o soldado que entra para PM não tem certeza se 35 anos depois vai se aposentar como Subtenente. Muitos são casados e outras responsabilidades não tendo tempo de estudar como um jovem recém-ingresso;
- Realizar estudo acerca da viabilidade do aumento do ticket alimentação;
- Realizar estudo acerca da incorporação do Ticket Alimentação e do pagamento da Insalubridade ao Vencimento da Escala Especial de Seis Horas;
- Criação da Vila Militar;
- Fornecer atendimento psicológico de qualidade a todos os policiais militares que desejarem.
- Realizar concurso público para 1.000 policiais civis, reforçando as investigações e melhorando o atendimento dos flagrantes realizados pela PM. Será aumentada a investigação de assassinatos, inclusive feminicídios, tráfico, estupro e outros, além de crimes contra o patrimônio;
- Realizar estudo no sentido de promover reequilíbrio remuneratório e outras medidas de motivação dos policiais civis;
- Realizar reforma de delegacias policiais que estejam sucateadas, e estruturar adequadamente todas as delegacias policiais do estado, com internet, tecnologia e conforto para os policiais civis.
- Equipar adequadamente todos os profissionais da segurança pública, especialmente das perícias;
- Atuar, de maneira integrada, com as Guardas Municipais, com a Polícia Federal e Polícia Rodoviária Federal, Ministério Público e Poder Judiciário;
- Promover o suporte e o incentivo no combate aos crimes econômicos, crimes tributários, crimes cibernéticos, corrupção e outros crimes contra a administração pública, pela Polícia Civil do Espírito Santo;

- Aumentar o número de delegacias especializadas no combate à violência doméstica pelo Estado, bem como criar o Departamento de Crimes Cibernéticos e a primeira delegacia especializada no combate aos crimes informáticos e cibernéticos no Estado;
- Estruturar devidamente o Serviço Médico Legal no interior do estado, com novas unidades espalhadas pelo estado e a realização de concurso público para contratação de novos peritos a serem alocados no interior do estado;
- Incentivo à apuração de crimes por parte da Polícia Civil do Espírito Santo e conclusão do alto volume de inquéritos policiais sem andamento;
- Nomeação de Mais Peritos e Equiparação Salarial com a média do país. Muitos Peritos estão desistindo da profissão porque o Espírito Santo tem um salário muito defasado em relação a maioria dos estados brasileiros;
- Pagamento de Insalubridade aos Peritos já que foi aprovado em 2017, mas até hoje nunca receberam;
- Autonomia Técnica, Científica e Funcional da Perícia;
- Realizar a adequada coleta de dados acerca da ocorrência de roubos, furtos, violência doméstica, estupro e feminicídio no Espírito Santo;

- Melhor aproveitamento da estrutura do NUROCC (Núcleo de Repressão às Organizações Criminosas e à Corrupção), fortalecendo de todas as maneiras possíveis a investigação e combate à corrupção no Estado;

- Terceirização ou designação de profissionais sem especialização para a realização de serviços eminentemente administrativos da Polícia Civil.

POLÍCIA PENAL

- Executar uma estruturação moderna da polícia penal em carreira única fundada na hierarquia e na disciplina, com autonomia e ocupação, com exclusividade, das funções de direção das unidades prisionais e todas as outras do sistema carcerário;
- Promover políticas e programas, em parceria com o Poder Judiciário, para combater a superlotação dos presídios estaduais;
- Realizar concurso público para 1.000 policiais penais;
- Construir novas unidades prisionais padronizadas, bem estruturadas e tecnológicas.

PRINCIPAIS DEFICIÊNCIAS

- Defasagem de atendimentos de especialidades – distribuição de vagas de consultas insuficientes às demandas da população;
- Necessidade de serviços de saúde equipados adequadamente e com recursos humanos capacitados para o atendimento de especialidades;
- Atendimento insuficiente das demandas cirúrgicas da população, principalmente no que diz respeito aos procedimentos eletivos;
- Regulação de leitos hospitalares – tem sido comum pacientes serem internados em municípios distantes de sua área de residência, dificultando o contato com as famílias.

DIAGNÓSTICO

A saúde pública é um dos mais importantes temas no âmbito de governo, representando uma das minhas principais prioridades, como candidato ao Governo do Estado do Espírito Santo. Dentro deste importante contexto da administração pública, dois aspectos nos parecem essenciais: o apoio às ações assistenciais e à manutenção/melhoria da qualidade dos serviços de responsabilidade do Estado.

Para efetivação destas ações, faz-se necessária a utilização dos recursos mais atualizados de tecnologia da informação e da comunicação. Estes recursos deverão ser aplicados em diversos níveis de ação, especialmente naqueles onde há interface direta com o cidadão. O gerenciamento de dados clínicos, a telemedicina, a gestão do acesso, da referência e da contra referência são componentes importantes para a boa assistência da saúde e que dependem de tecnologia.

A rede hospitalar composta pelos hospitais próprios do Estado, pelos hospitais geridos pelas OSSs (Organizações Sociais de Saúde) e pela Santa Casa, deverá trabalhar em rede, de forma integrada, para que fique clara a responsabilidade de cada um, bem como a maneira pela qual os pacientes acessam cada um dos serviços. O incremento das ações nos Ambulatórios Médicos de Especialidades deve ocorrer a partir da criação de novos serviços e do aprimoramento dos já existentes, especialmente, no que diz respeito à otimização do fluxo assistencial nestes serviços.

Vamos priorizar a gestão compartilhada do SUS (Sistema Único de Saúde) com todos os municípios e coordenar efetivamente o Sistema Estadual de Saúde, apoiando técnica e financeiramente os municípios e fortalecendo o processo de regionalização, com valorização dos espaços de pactuação e gestão compartilhada entre gestores, trabalhadores e usuários do SUS.

Considerando a complexidade das políticas públicas de saúde, cabe ao gestor público se municiar de ferramentas e métodos capazes de enfrentar os problemas que a realidade apresenta. Com tecnologia e capacidade gerencial, seremos capazes de propor soluções criativas e inovadoras, respeitando o princípio da economicidade e da transparência, atributos essenciais da administração pública.

► PROPOSTAS

- Investir em saúde integral com foco em prevenção, diminuindo a morbidade, sofrimentos, tempo de espera e gastos com saúde pública;
- Garantir a funcionalidade na saúde pública das pequenas localidades;
- Viabilizar o pleno atendimento, funcionamento e resolubilidade nos hospitais de referência;
- Promover a valorização dos profissionais da saúde;
- Fomentar a permanência de médicos nos pequenos municípios e do interior;
- Implementação da telemedicina;
- Em parceria com os municípios, construir e reformar UBSs-Unidades Básicas de Saúde e Centros de Referências municipais;
- Reorganizar as redes de saúde para garantir atendimento hospitalar e de alta complexidade em todas as regiões, com a participação e qualificação dos hospitais estaduais, bem como de hospitais vinculados aos municípios, Santas Casas e universidades públicas;
- Elaborar, em constante diálogo com setores da sociedade organizada, o Estatuto dos Hospitais Filantrópicos;
- Qualificar e modernizar a gestão da Secretaria Estadual de Saúde, hoje fragmentada e pouco comprometida com a coisa pública e a consolidação do SUS, para que possa coordenar de forma integrada, em âmbito estadual e regional, o planejamento, regulação, controle e monitoramento das políticas e serviços de saúde, inclusive dos contratos com as OS, garantindo a gestão pública e transparente da saúde;
- Organização da rede de saúde mental e do atendimento aos usuários de álcool e outras drogas;
- Atenção integral à saúde da mulher e da criança com redução da mortalidade materna infantil e combate ao câncer de colo uterino e de mama com vistas na implantação da rede de atenção ao pré-natal, parto e puerperio;
- Organização da Rede de Cuidados à pessoa com deficiência;
- Criação do Núcleo de Atendimento às Doenças Raras do Espírito Santo;
- Promover campanhas contínuas de diagnóstico de doenças comuns, com enfoque no combate às variadas formas de câncer;



- Realizar mutirão de cirurgias eletivas para zerar a fila das necessidades cirúrgicas;
- Reorganização das Referências Hospitalares;
- Subsidiar os municípios na Atenção Primária por meio do aumento da cobertura do Programa Saúde da Família;
- Expandir a atenção secundária nas microrregiões de maior demanda, por meio da ampliação das redes hospitalar e de urgência;
- Criação do Plano de Carreira, alteração nas novas contratações instituindo a meritocracia e produtividade;
- Criar condições legais que permitem a contratação por demanda de procedimentos cirúrgicos e de especialidades;
- Implantar Programa de Medicamentos Gratuitos utilizando a rede de farmácias privadas para a distribuição dos medicamentos, aumentando o número de pontos de distribuição e de medicamentos disponibilizados, como é feito pelo programa federal.

SAÚDE E PROTEÇÃO DOS ANIMAIS

**Se tudo que existe no mundo
é uma criação de Deus, e
existe para ser respeitado,
protégido e amado, a
mesma atenção que é dada
à saúde humana precisa ser
dispensada também aos
animais.**

Primeiro foi necessário civilizar o homem em relação ao próprio homem. Agora é necessário civilizar o homem em relação à natureza e aos animais. (Victor Hugo)

Enquanto os homens massacrem os animais, eles matarão uns aos outros. Aquele que semeia a semente da dor não pode colher alegria e amor. (Pitágoras)



PROPOSTAS

- Criação de um órgão de bem-estar animal vinculado à Secretaria Estadual de Meio Ambiente, com o objetivo de orientar todos os municípios do Estado com relação a políticas públicas para animais, programas eficazes e permanentes a serem implementados em todas as cidades, como a castração;
- Criação do Conselho Estadual de Bem-Estar Animal para que a sociedade civil organizada possa, juntamente com o Governo, decidir as políticas públicas a serem implementadas, prioridades, alcance, etc.;
- Criação do Fundo Estadual de Bem-Estar Animal;
- Convênios e parcerias com Faculdades de Medicina Veterinária, Organizações Não Governamentais, Institutos, etc.;
- Criação de um Departamento vinculado a Secretaria de Saúde para promover o avanço de políticas públicas de controle a zoonose, sobretudo a esporotricose que hoje é um dos principais problemas que afeta quase todas as cidades do ES;
- Viabilizar às Polícias Civis, Militares, bem como, órgãos estaduais ligados à fiscalização de crime contra animais, estrutura para resgate, tratamento e adoção de animais que forem retirados das ações realizadas em todo território, promovendo aos policiais e demais fiscais da lei a possibilidade de realmente aplicar a lei ao caso concreto;
- Viabilizar dentro da condição orçamentária existente o projeto para futura instalação do Hospital Público Veterinário, haja vista que é uma necessidade em nosso Estado, pois grande parte da população não tem acesso a médico veterinário, clínicas e tratamentos, por ausência de condição financeira para tal;
- Auxiliar no resgate de animais domésticos abandonados nas ruas e também na posterior castração desses animais;
- Promover feiras de adoção de animais domésticos que foram resgatados das ruas.



MULHERES PRINCIPAIS DEFICIÊNCIAS

Em termos de distribuição de renda o PNAD mostrou um agravamento nas desigualdades. O Espírito Santo, supera a região sudeste em nível de percentuais de pobres, ocupando o 11º no ranking da pobreza, entre todas as unidades da federação (PNAD (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios) 2018).

Isso se agrava ainda mais quando comparado com o rendimento médio dos capixabas (PNAD2019) entre trabalho de pessoas brancas (R\$2.929), pardas (R\$1.811) e pretas (R\$1.791). Também permanecem as diferenças de gênero: o rendimento de todos os trabalhos dos homens (R\$ 2.557) é 40% mais alto que os das mulheres (R\$ 1.821).

Os dados de 2021 mostram que uma a cada 3 mulheres assassinadas no ES é vítima de feminicídio. Isso significa que o simples fato de ser mulher no estado é estar em situação de vulnerabilidade.

Nossa estatística só vem aumentando. É verdade que isso não é um problema exclusivo do nosso estado, mas mostra que os investimentos para combater este crime precisam ser contínuos e maiores.

É urgente ampliação das políticas de prevenção à violência contra a mulher, o combate ao feminicídio, e a qualificação da rede de atendimento as vítimas, através da criação da Secretaria de Estado de Políticas Públicas para as Mulheres.

► PROPOSTAS

- Desenvolver protocolos para amamentação e aleitamento, planejamento reprodutivo e prevenção de Infecções Sexualmente Transmissíveis (ISTs), inclusive para adolescentes, e garantir acesso a diversas formas de contracepção e profilaxia de ISTs;
- Combater a precariedade menstrual, disponibilizar gratuitamente absorventes íntimos para estudantes de baixa renda matriculadas em escolas da rede pública estadual, mulheres em situação de rua ou de vulnerabilidade social extrema e adolescentes internadas em unidades para cumprimento de medida socioeducativa;
- Ampliar o número de Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher e garantir treinamento continuado à equipe especializada a fim de assegurar atendimento digno à mulher em situação de violência doméstica;

- Promover a igualdade de gênero e o acesso igualitário de homens e mulheres à administração pública, assim como desenvolver políticas públicas para o combate às práticas machistas, à violência de gênero e a todas as formas de discriminação contra a mulher.
- Criar a Secretaria da Mulher, assim como foi feito na Prefeitura da Serra, sob a minha gestão, único município a criar a referida secretaria;
- Projeto Casa Abrigo: oferta de serviço de acolhimento institucional para mulheres vítimas de violência doméstica, familiar ou nas relações íntimas de afeto com risco de morte, bem como de seus dependentes;
- Facilitar a concessão de crédito às mulheres empreendedoras, por meio do BANDES e BANESTES.
- Abrir canal de denúncias de combate ao assédio moral e sexual no trabalho, em todas as esferas e órgãos do governo estadual.

COMBATE AO RACISMO E A QUALQUER TIPO DE DISCRIMINAÇÃO

DIAGNÓSTICO

De acordo com o Atlas da Violência 2021, documento construído pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) e Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP), fica evidente que no Espírito Santo um negro tem maior chance de ser morto do que um não-negro. O relatório indica que o risco relativo de um jovem negro ser vítima de homicídio quando comparado com um jovem branco no ES, no ano de 2017, é de 5,5. Esse fato coloca o ES na 6^a posição, dentre todos os estados brasileiros, de pior lugar para um jovem negro viver.

A desigualdade também é evidenciada na inserção de raça e sexo na mortalidade feminina; das capixabas vítimas de homicídio 85% são de mulheres negras e 15% de mulheres não-negras. São necessárias políticas públicas para enfrentar os índices de violência com um olhar sobre o racismo e a discriminação, sobretudo as especificidades das mulheres negras, desproporcionalmente expostas a fatores geradores de violência, como desigualdades socioeconômicas, conflitos familiares, racismo, intolerância religiosa, conflitos conjugais, entre outros.

Em 2021, só no primeiro semestre, houve um aumento de 26% de crimes raciais de acordo com os dados do Centro Integrado Operacional de Defesa Social (Ciodes). Esses números são ainda maiores considerando que

muitas vítimas não registram as ocorrências de racismo e injúria racial, por falta de conhecimento, medo, e não temos em nosso estado nenhuma delegacia especializada no atendimento às vítimas de crimes raciais.

PROPOSTAS

- Criação da primeira Delegacia Especializada no Atendimento às Vítimas de Crimes Raciais e Delitos de Intolerância, que investigará os crimes de racismo, injúria racial, intolerância religiosa, crimes de caráter homofóbico e outros praticados contra os grupos de vulneráveis;
- Promover a igualdade racial e o acesso igualitário de todas as etnias à administração pública, assim como desenvolver políticas públicas para o combate às práticas racistas, à violência racial e a todas as formas de discriminação contra qualquer etnia;
- Criar o Plano Estadual de Promoção da Igualdade Racial, garantindo a participação ampla, direta e descentralizada da sociedade ao longo de todo o processo de elaboração e implantação;
- Promoção de políticas de inclusão, de igualdade de oportunidades e de remuneração no mercado de trabalho.

CUIDADOS ESPECIAIS COM QUEM A VIDA INTEIRA CUIDOU DA GENTE

- Aprimorar e ampliar a política de atenção à saúde do idoso, garantindo atendimento integral, com visitas domiciliares, além do apoio à prevenção de doenças ligadas ao envelhecimento e programas de tratamento de doenças crônicas comuns nesta fase da vida;
- Promover programas voltados à prática de atividades físicas e de inserção em atividades de formação para o uso e acesso à tecnologia;
- Promover, junto com municípios, a adequação do espaço urbano para atender às necessidades da população idosa, ampliar o número de vagas em Instituições de Longa Permanência e instituir programas de construção e adaptação de moradias adequadas aos idosos.



EMPREGO

DESENVOLVEDOR DE GAMES

O mercado de games, que já vinha em constante crescimento há algum tempo, deu um grande salto durante a pandemia. Com isso, os profissionais especializados em desenvolver e programar novos jogos passaram a ser cada vez mais procurados.

Já imaginou trabalhar se divertindo?

ENGENHEIRO COM FOCO NO AGRONEGÓCIO

Nosso estado tem vocação para o agronegócio. Somos grandes produtores de café, pimenta-do-reino, gengibre, ovos de galinha, mamão e diversos outros produtos. É preciso investir no produtor local e nos cursos de Engenharia voltados para Agronomia, Aquicultura, Ambiental e Pesca.

SÉRIES E FILMES GRAVADOS NO ESPÍRITO SANTO!

Você sabia que filmes como *Titanic*, *Robocop* e a saga *Crepúsculo* não foram gravados nos EUA? Diversas séries da NETFLIX que achamos que têm os EUA como cenário, na verdade são todas gravadas no Canadá. E por quê? Porque o custo de fazer um filme ou uma série no Canadá é muito mais barato do que nos estúdios de Los Angeles, em Hollywood. O governo canadense oferece diversos incentivos fiscais que fazem com que as produções de filmes e séries sejam realizadas no Canadá. Isso movimenta a economia local. Segundo a NETFLIX, nos últimos 5 anos, a empresa investiu US\$ 500 milhões em produção de conteúdo no Canadá e a previsão é de superar esse investimento no futuro.

E por que não fazer algo semelhante no nosso estado? Temos belíssimas paisagens, praias, montanhas, dunas, exuberante vegetação de Mata Atlântica. A maior empresa de comunicação do país tem sua própria plataforma de streaming e de produção cinematográfica (Globoplay e Globofilmes), então por que não criar um ambiente de negócios e incentivos para que essa e outras empresas venham filmar no Espírito Santo? Movimenta a economia local gerando trabalho e renda seja na rede hoteleira, de restaurantes e para nossos atores e produtores culturais.



OUTRA NOVIDADE!

APLICATIVO TOP CAR - No Brasil 1,5 milhão de pessoas trabalham hoje com o transporte de passageiros e entrega de produtos. O que começou como uma alternativa ao táxi e complemento de renda, hoje muitos trabalham como Uber e outros aplicativos para fugir da crise econômica que assola o país. Para a grande maioria, virou a principal fonte de renda para o sustento de suas famílias.

Com a popularização do transporte de passageiros, vieram também os problemas. Reclamações de usuários e motoristas com o Uber. Você sabia que a taxa cobrada pelo Uber ao motorista varia de 1% a 40% do valor da corrida?

É aí que entra o TOP CAR – o aplicativo de transporte de passageiros ou entrega de produtos do Governo do Estado, sem cobrança de taxa. O motorista recebe 100% do valor da corrida. Ao invés do dinheiro ir para os EUA, que é onde fica a sede do Uber, ele ficará circulando na economia capixaba.

E mais: o dinheiro cairá sempre no final do dia para os motoristas que têm conta no Banestes. Para os demais, o prazo será de cinco dias úteis. Investir em um banco estadual é fomentar o desenvolvimento do comércio e das indústrias do nosso estado, gerando oportunidades para população e promovendo a pujança econômica de um banco que nasceu aqui e que promove o bem-estar e a qualidade de vida dos capixabas.



E TEM MAIS!

- Criação de incubadoras tecnológicas para incentivar o emprendedorismo entre os jovens. As startups são a principal fonte de inovação do mercado. De olho na agilidade e rapidez para encontrar soluções, as grandes empresas estão se aproximando das startups para fazer parcerias.
- Ampliar os pontos de wi-fi livre em todo estado, de forma que todos possam se conectar com o mundo em qualquer cidade. Internet de alta velocidade e de graça.
- Incentivar as empresas de Tecnologia da Informação para investimento na tecnologia 5G.
- Implementar um Plano Estadual de Políticas para a Juventude do Espírito Santo - PEPJuv - garantindo a participação ampla, direta e descentralizada da sociedade ao longo de todo o processo de implantação.
- Ampliar as ações de educação em tempo integral que possibilitem ao jovem desenvolvimento pleno, fortalecimento da jornada escolar e vivências cidadãs na perspectiva da cidade educadora.

- Garantir, além de uma educação técnica e profissionalizante de qualidade, o acesso à cultura e ao esporte.

- Fomentar a inserção no mercado de trabalho e combate ao desemprego na juventude a partir das demandas das regiões nas cidades.

- Promover a intermediação entre as empresas e os jovens candidatos ao emprego.

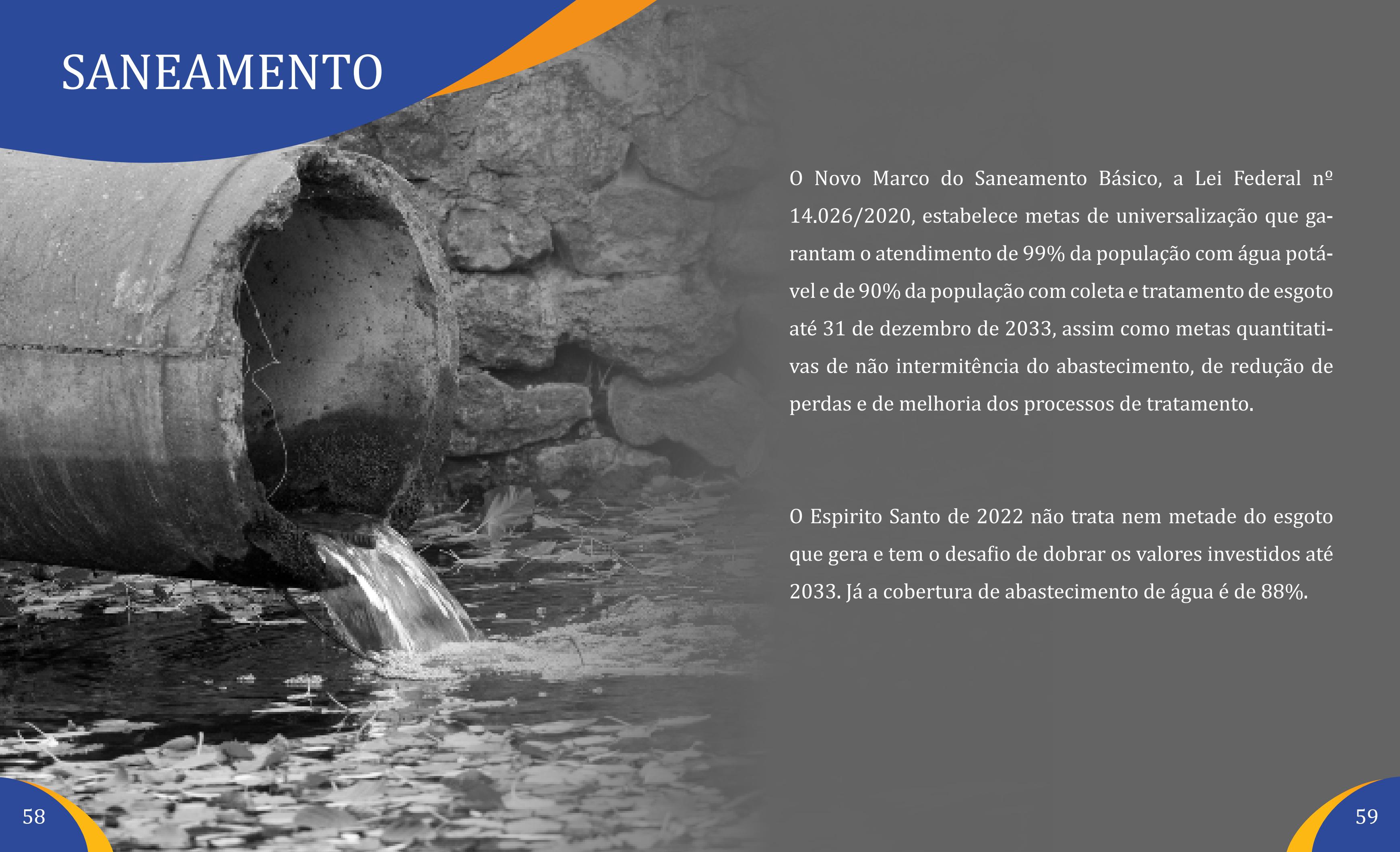


PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

- Fomentar o acesso ao mercado de trabalho, às atividades culturais e esportivas, à participação política;
- Criação de um Conselho de Políticas Públicas para pessoas com deficiências, aproximando a política da realidade de quem vive as dificuldades no cotidiano;
- Garantir a participação das pessoas com deficiências por meio de: rede de apoio, conselho, comissão, fórum das pessoas com deficiência, saúde integral e especializada, educação inclusiva, equidade no mercado de trabalho, mobilidade urbana acessível, esporte e lazer, tecnologia assistiva, turismo acessível;
- Implantar ações que promovam a emancipação da pessoa com deficiência, sobretudo negras e negros, mães atípicas e cuidadoras, tais como programas de reabilitação e oficinas de microacessibilidade, particularmente em áreas periféricas e de maior vulnerabilidade, com vistas a incentivar a participação comunitária e social, ampliando o exercício da cidadania e da inclusão.



SANEAMENTO

A black and white aerial photograph showing a complex industrial or port facility. Large concrete structures, pipes, and storage tanks are visible along a coastline. In the foreground, there's a dense cluster of pipes and concrete walls, while the background shows more industrial buildings and possibly a harbor area.

O Novo Marco do Saneamento Básico, a Lei Federal nº 14.026/2020, estabelece metas de universalização que garantam o atendimento de 99% da população com água potável e de 90% da população com coleta e tratamento de esgoto até 31 de dezembro de 2033, assim como metas quantitativas de não intermitência do abastecimento, de redução de perdas e de melhoria dos processos de tratamento.

O Espírito Santo de 2022 não trata nem metade do esgoto que gera e tem o desafio de dobrar os valores investidos até 2033. Já a cobertura de abastecimento de água é de 88%.

► PROPOSTAS

- Ações para aumentar a cobertura de Saneamento Básico no Espírito Santo, capacitar os profissionais da área e melhorar os serviços oferecidos à população;
- Ações direcionadas para melhoria dos Sistemas de Abastecimento de Água e Tratamento de Esgoto;
- Apoiar os municípios na execução de estudos de concepção e elaboração de projetos de engenharia para melhorar a infraestrutura de saneamento básico (apoiar a realização de diagnóstico dos sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário);
- Integração dos profissionais da Cesan com os técnicos dos Serviços Autônomos de Água e Esgoto (SAAEs), que são autarquias municipais;
- Elaboração de projetos executivos com o apoio do Consórcio Público CISABES;
- Programa de Redução de Perdas de Água e Faturamento;
- Estudo de fontes de financiamento para os investimentos apontados nos projetos;

- Planos de Saneamento Básico dos Municípios: implementar ações de suporte técnico e financeiro para os municípios inseridos nas sub-bacias que estruturem um conjunto de ações para atingir metas de saneamento preconizadas pela Lei de Saneamento Básico;
- Política de tarifas sociais: ampliar a disponibilização da Tarifa Social da Água, conforme preconiza a Organização Mundial da Saúde (OMS);
- Apoiar os municípios com recursos do Governo do Estado na ampliação das redes de distribuição de água tratada e coletoras de esgoto;
- Investimentos na capacidade gerencial do município: a dificuldade de realizar a gestão municipal do saneamento não é somente financeira, também esbarra na falta de estrutura e capacidade gerencial do município para execução das políticas públicas do setor;
- Promover ações e destinar recursos do Governo do Estado para obras de Saneamento Básico nos municípios onde a gestão é realizada pelos Serviços Autônomos de Água e Esgoto (Saae) para universalização dos serviços de água, esgoto;
- Promover a autossuficiência econômica e financeira das Autarquias Municipais por incentivo à regulação dos serviços prestados pela

Agencia Intermunicipal de Regulação;

- Planos de Saneamento Básico dos Municípios (Eixos Água e Esgoto), implementando ações de suporte técnico e financeiro para os municípios;
- Criação do Programa de SANEAMENTO RURAL para todos os municípios do Estado;

TIPOS DE INFRAESTRUTURAS DOS SERVIÇOS:

- Sistemas coletivos de produção e de distribuição de água e soluções individuais de abastecimento de água;
- Sistemas coletivos de coleta e de tratamento de esgotos e soluções individuais de esgotamento sanitário;
- Realizar melhorias em instalações sanitárias domiciliares em residências que não possuam banheiro ou possuam em situação insalubre;
- Sistemas coletivos de coleta convencional e seletiva (veículos e equipamentos) e de tratamento ou disposição final de resíduos sólidos ou rejeitos, em unidades de triagem e transbordo e/ou compostagem, ou em aterro sanitário;
- Apoiar os municípios na ampliação da oferta de água tratada nas áreas rurais.

MANEJO DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANO – MRSU

- Incentivar a constituição de Consórcio Públicos Intermunicipais visando evitar o aparecimento de lixões e redução dos custos com a Destinação Adequada do Resíduos Sólidos Urbano. O Consórcio é uma solução para os pequenos municípios;
- Contribuir para a valorização do profissional de reciclagem e associações de catadores;
- Fomentar a criação de consórcios entre os municípios com gestão compartilhada;
- Planos de Saneamento Básico dos Municípios (Eixo Resíduos Sólidos), implementando ações de suporte técnico e financeiro;
- Realizar intensa propaganda didática acerca da correta separação do lixo por parte do cidadão capixaba.

DRENAGEM URBANA

- Fazer diagnóstico das áreas de risco e alagáveis do estado, para subsidiar tomada de decisão referente a aplicação de recursos para obras de drenagem urbana, que consiste em criar redes para escorrer as águas da chuva em vias públicas, podendo ser utilizados tubos, canais, valas, fossos ou túneis. Priorizar municípios com IDH baixo e índice de mortalidade infantil alto.

PRINCIPAIS DEFICIÊNCIAS



- Pouco acesso e baixa qualidade da educação básica para apoio efetivo à concretização dos projetos de vida de nossas crianças e jovens;
- Falta de política de valorização dos profissionais da Educação;
- Baixa eficiência do nosso sistema de ensino: alta repetência e taxa de evasão, melhorar a relação série-idade e taxas de promoção;
- Necessidade de aumentar o tempo do aluno na escola com novas atividades educacionais (ensino integral em tempo integral);
- Baixa proficiência em Português e Matemática;
- Necessidade de ampliar a educação profissional, conectado com as vocações do ES;
- Pouco apoio aos municípios na expansão da oferta de vagas da educação infantil.

► PROPOSTAS

- Busca ativa das crianças e dos jovens que estão fora do sistema educacional, além de ações voltadas para prevenção do abandono e evasão escolar, que envolvam a criação de uma rede de proteção social efetiva, com ações intersetoriais;
- Acolhimento e suporte emocional: apoio à saúde mental de estudantes e profissionais da Educação, o que envolve a composição e a formação adequada das equipes responsáveis pelas ações de acolhimento na escola, a promoção de espaços de escuta e diálogo entre estudantes e profissionais, a intensificação da relação com as famílias e a formação de professores para lidarem com a temática da saúde mental;
- Recomposição das aprendizagens: avaliações e diagnósticos para embasar programas específicos de recomposição das aprendizagens, com estratégias, metodologias e materiais pedagógicos próprios, formação de turmas temporárias com atividades pedagógicas focadas nos conhecimentos e nas habilidades que ainda precisam ser desenvolvidas, formação dos professores para essa nova realidade;

- Promoção da inclusão digital: expansão dos investimentos em inclusão digital a partir da melhoria da conectividade e de dispositivos digitais, assegurando o acesso a equipamentos e à internet para os professores e estudantes;
- Expansão progressiva da jornada escolar na direção da universalização da educação em tempo integral em toda a educação básica;
- Implementar programa de apoio à alfabetização na idade correta em regime de colaboração com municípios;
- Instituir um conjunto de estratégias buscando uma nova concepção de Escola de Anos Finais do Ensino Fundamental;
- Instituir estratégias de apoio e indução à reformulação do Ensino Médio, a partir da nova estrutura curricular, à maior integração com a Educação Profissional e Tecnológica e à expansão das escolas de Ensino Médio Integral;
- Garantir materiais pedagógicos de qualidade, alinhados aos currículos, para apoiar o trabalho dos professores;

- Estabelecer uma estrutura de formação continuada capaz de garantir a implementação dos novos currículos em cada sala de aula;
- Reformular as avaliações da Secretaria de Educação à luz da BNCC e instituir bons instrumentos de devolutivas pedagógicas de seus resultados;
- Investir recursos em pesquisas aplicadas que produzam conhecimentos pedagógicos específicos;
- Garantir uma rotina e condições de trabalho docente que favoreçam uma atuação pedagógica de qualidade;
- Fortalecer a política de formação continuada, de forma atrelada ao desenvolvimento profissional na carreira docente;
- Para futuros professores da rede, qualificar os processos de seleção e estágio probatório;
- Criar programas de atração e de inserção qualificada à profissão docente;
- Aprimorar os processos de seleção, formação pré-serviço e alocação dos gestores nas unidades escolares;
- Ofertar formações buscando o desenvolvimento profissional contínuo dos gestores escolares;
- Garantir as devidas condições para o exercício da gestão nas escolas;
- Implantação de Sistema de Energia Limpa e de Recursos Hídricos Renováveis nas unidades escolares, prevendo reutilização e captação de água, produção de energia solar, realização de coleta seletiva, dentre outros;
- Fortalecer a relação e a ação conjunta entre órgão central da Secretaria de Educação, as regionais de ensino e gestão das escolas, a partir de sólida estrutura de apoio mútuo.

EDUCAÇÃO INCLUSIVA

As recomendações que serão apresentadas a seguir partem da premissa de que todo estudante público-alvo da modalidade de Educação Especial, ou seja, educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, devem ter a garantia do seu direito de acesso e permanência a uma educação de qualidade em escolas comuns/inclusivas.

- Garantir as condições para acesso, participação e permanência dos estudantes público-alvo da Educação Especial e acessibilidade em todas as suas dimensões;
- Promover ações com foco na melhoria da qualidade da Educação que contemplam os estudantes com deficiência;
- Incrementar a formação inicial e investir na formação continuada de todos os docentes, adotando a perspectiva inclusiva;
- Investir recursos públicos nas escolas comuns, com prioridade orçamentária e planejando a transição para um sistema educacional completamente inclusivo.

► PROPOSTAS

- Garantir que todo estudante seja matriculado em escolas comuns/inclusivas;
- Combater retrocessos de direitos e a cultura de segregação dos estudantes público-alvo da Educação Especial;
- Produzir e divulgar, de forma segura, dados e indicadores de exclusão, evasão e aprendizagem para a Educação Especial;

SUPERCRECHES



Gentileza gera Gentileza

Alguém vai dizer que a construção de creches não é atribuição do Governo Estadual, mas das Prefeituras. É verdade, mas a Segurança Pública também não é atribuição das Prefeituras e mesmo assim, devido à ineficiência do Estado, os prefeitos são obrigados a investir na proteção da população. As guardas municipais nasceram dessa necessidade, assim como o videomonitoramento e outras ações onde o Estado tem se mostrado omisso.

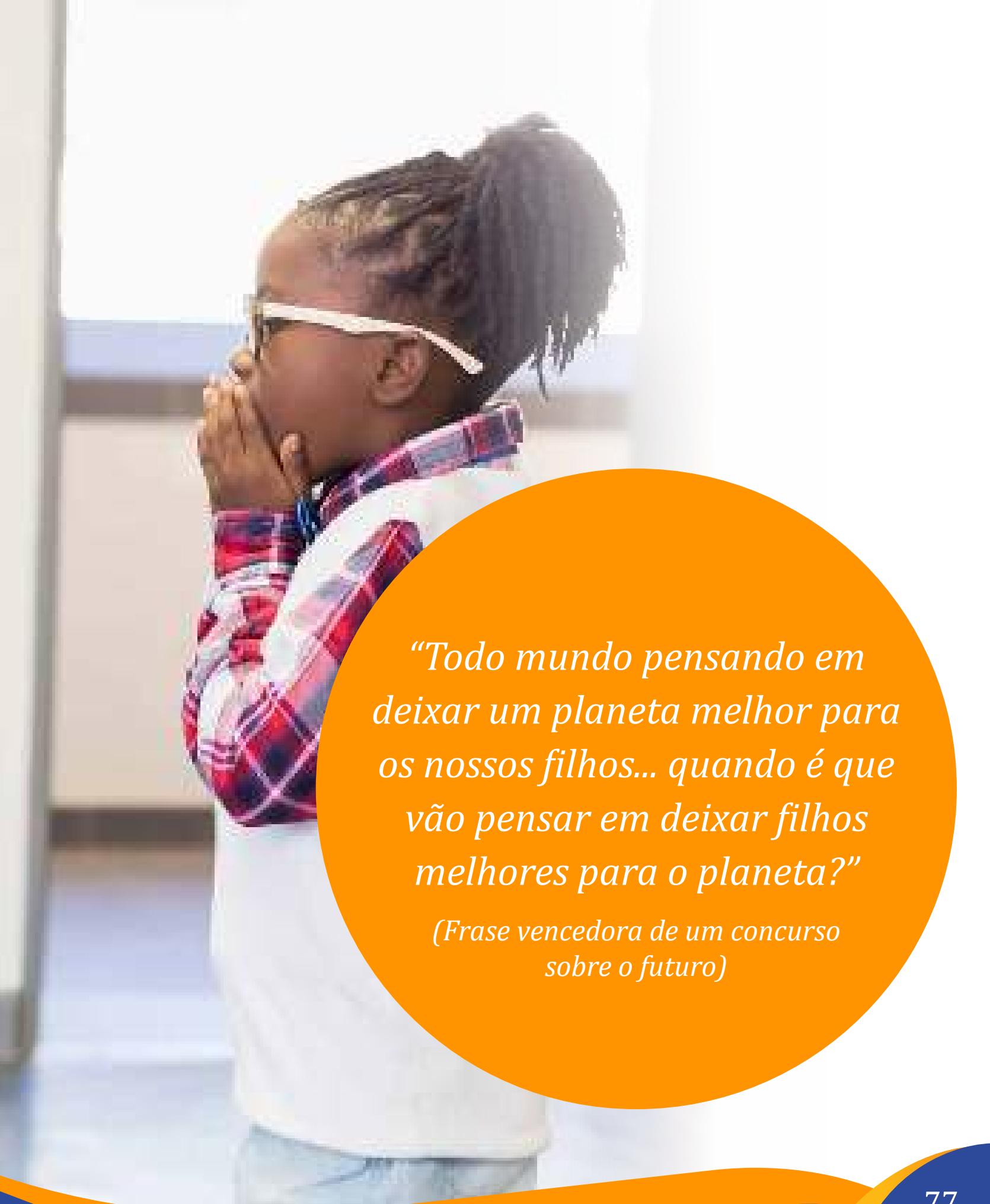
A Serra é o único município capixaba que tem 19 supercreches. Trata-se da mais avançada forma de despertar na criança o gosto pela educação. A arquitetura ampla e moderna favorece a interação entre as crianças, o ambiente é amoroso, o que traz satisfação para as crianças e tranquilidade para os pais, que podem trabalhar em paz, sabendo que os filhos estão sendo bem cuidados, com base na pedagogia do afeto.

No Governo de Audifax Barcelos, o estado vai se comprometer com a construção de supercreches nos municípios. O que deve

motivar as ações de um governante humano é a necessidade da população. É dever moral de todo ser humano cuidar de outros seres humanos. É inconcebível um governo se orgulhar de ter dinheiro no caixa e ser indiferente às necessidades da população.

Toda criança amada se torna um ser humano pacífico.





"Todo mundo pensando em deixar um planeta melhor para os nossos filhos... quando é que vão pensar em deixar filhos melhores para o planeta?"

(Frase vencedora de um concurso sobre o futuro)

A photograph of a woman and a young boy smiling outdoors. The woman is older, with short curly hair, wearing a light-colored patterned top. The boy is younger, with curly hair, wearing a white t-shirt with a blue geometric print. They are both smiling and appear to be in a park or garden setting with green grass and trees in the background.

As pessoas educam para a competição e esse é o princípio de qualquer guerra. Quando educarmos para cooperarmos e sermos solidários uns com os outros, nesse dia estaremos a educar para a paz.

Maria Montessori

DESIGUALDADE SOCIAL

PRINCIPAIS DEFICIÊNCIAS

O quadro abaixo demonstra os valores investidos em comparação com o orçamento geral do Estado.

	2019	2020	2021	2022
SETADES	19.508.302,00	18.540.588,00	14.104.659,00	18.295.411,00
FEAS	56.960.675,00	63.239.703,00	57.825.605,00	74.326.753,00
FUNCOP	21.650.999,00	24.495.425,00	25.877.241,00	29.404.722,00

Valor Geral da Assistência (SETADES + FEAS + FUNCOP)*

2019	2020	2021	2022
98.119.976,00	106.275.716,00	97.807.505,00	122.026.886,00

Orçamento Geral do Estado

2019	2020	2021	2022
17.720.861.504,00	19.749.451.365,00	18.902.292.466,00	20.273.774.984,00
0,55%	0,54%	0,52%	0,60%

OBS. Dados extraídos do portal de transparência do Estado: <https://transparencia.es.gov.br/Orcamento/Orcamentos>

*SETADES: Secretaria de Trabalho, Assistência e Desenvolvimento Social

*FEAS: Fundo Estadual de Assistência Social

*FUNCOP: Fundo Estadual de Combate e Erradicação de Pobreza

Apesar do avanço da Assistência enquanto direito ao longo dos anos, podemos observar um valor destinado relativamente baixo frente ao orçamento geral do Estado, representando sempre menos de 0,6% de investimento.

No âmbito estadual em 2022, o orçamento geral destina 0,6% para a Assistência Social. Entretanto, se for considerado o valor que é repassado pelo governo estadual aos municípios a fim de cofinanciar os serviços existentes na rede socioassistencial, deve ser observado o valor do orçamento alocado dentro do FEAS (Fundo Estadual da Assistência Social). Assim, apenas 0,36% do orçamento geral do Estado é repassado para os municípios para cofinanciamento dos serviços e benefícios eventuais.

O Espírito Santo possui uma população de 4.108.508 pessoas estimadas em 2021 pelo IBGE, e o total de famílias inscritas no Cadastro Único em novembro de 2021 era de 565.118 famílias, segundo Relatório do SAGI/MDS, dentre as quais:

199.617 com renda per capita familiar de até R\$ 89,00;
71.901 com renda per capita familiar entre R\$ 89,01 e R\$ 178,00;
158.085 com renda per capita familiar entre R\$ 178,01 e meio salário-mínimo;

135.515 com renda per capita acima de meio salário-mínimo.

No ano de 2020, 3,6% da população do Estado do Espírito Santo viajava em situação de extrema pobreza e em 2021 este número saltou para 6,1%, isto é, a família que vive com até R\$ 154,91 por integrante da família por mês.

Já o número de capixabas na linha da pobreza passou de 8,5% em 2020 para 14,2% em 2021. A família que vive com até R\$ 309,82 por pessoa por mês se enquadra nessa situação social.

Isto significa dizer que milhares de famílias no Espírito Santo não possuem a garantia de suprir direitos fundamentais da Constituição: alimentação e moradia.

DIAGNÓSTICO

Vale ressaltar que o cofinanciamento federal para a política de assistência social sofreu sérios impactos com a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 241/2016 que propõe um Novo Regime Fiscal (NRF) no âmbito da União para os próximos 20 anos. Segundo dados do IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada), as estimativas de impactos no financiamento da assistência social através do NRF, impõe uma redução significativa de recursos à política de assistência social.

Estas perdas tenderão a aumentar de maneira progressiva, alcançando 54% de perda em 2036 em relação ao que seria necessário para continuidade da oferta já existente. Ainda, segundo o IPEA, em termos de valores, nas próximas duas décadas, com a vigência do NRF, as perdas para o financiamento da política de assistência social totalizarão R\$ 868 bilhões.

Dentro dos municípios já é visto refletir as consequências desta queda de investimento através dos atrasos e falta de repasses do governo federal.

No cenário brasileiro de mais de 14 milhões de desempregados e considerando os dados de pessoas em situação de pobreza no ES apontados acima, é de supra relevância o investimento em políticas públicas cujo foco é o combate à pobreza e à desigualdade, e à promoção da cidadania inclusiva.

- As ações assistenciais, notadamente os Benefícios de Transferência de Renda e o Sistema Único de Assistência Social colocaram o Brasil em patamar civilizatório mais elevado, ao afiançar direitos e proteção ao público em situação de vulnerabilidade, seja pela situação de pobreza, seja devido à violação de direitos.
- A implantação do SUAS foi um avanço para a Assistência Social no Brasil, pois houve uma organização das ações desta pasta em todo o país. Porém, temos o desafio e a responsabilidade de garantir maiores investimentos a fim de que não haja descontinuidade da oferta socio-protetiva, e nem prejuízos para as proteções já afiançadas.

► PROPOSTAS

- Aumento no orçamento do Estado destinado a pasta da Assistência Social para a transferência de recursos fundo a fundo aos municípios;
- Implantação de serviços regionalizados;
- Importância de servidores efetivos na execução da política e sua capacitação;
- Projeto de recuperação da população de rua, conectado com os programas sociais dos municípios;
- Programa Educação Inclusivo para adultos analfabetos e que estão abaixo da linha da pobreza;
- Criação de um incentivo de gestão SUAS (Sistema Único de Assistência Social) para os municípios.



HABITAÇÃO

PRINCIPAIS DEFICIÊNCIAS

Cerca de 74.454 famílias estão em situação de déficit habitacional em todo o Estado, o que corresponde a 208.898 pessoas, notadamente na Região Metropolitana, que concentra praticamente metade da população do Estado.

A degradação da economia nacional nesses últimos anos e o aprofundamento da crise social levaram a população mais necessitada a cada vez mais ocupar sub-habitações totalmente irregulares e insalubres, ao surgimento de comunidades completamente desorganizadas e desprovidas de qualquer item de infraestrutura básica.

► PROPOSTAS

- Reestruturar o Programa Capixaba de Erradicação da Pobreza (Programa Incluir) mediante a ampliação do valor do benefício de transferência de renda para contemplar aluguel social para as famílias em situação de extrema pobreza e que vierem a ser afetadas por eventos climáticos adversos;
- Ampliar significativamente a regularização fundiária e a reurbanização de assentamentos precários na população de baixa renda;
- Criar um grupo de trabalho intersetorial com a finalidade de proceder às pesquisas cartorárias, levantamento topográfico e a devida regularização fundiária dos imóveis e terras do Estado;
- Promover a regularização fundiária e a reurbanização de áreas públicas estaduais com ocupação consolidada;
- Estimular os municípios promoverem a regularização fundiária em seu território;
- Reduzir o déficit habitacional;
- Ampliar a parceria com o Governo Federal para aumentar a produção de Habitação de Interesse Social;
- Desenvolver Programa de lotes urbanizados em parceria com os municípios;
- Estimular a arquitetura social voltada para o planejamento e construção de moradias para população de baixa renda;
- Fomentar a implantação de linhas de crédito para a construção de moradias mais sustentáveis;
- Desenvolver instrumentos necessários para viabilizar o Plano Estadual de Habitação de Interesse Social;
- Construção de novas unidades habitacionais de interesse social;
- Avaliar os imóveis públicos do Estado e da União para atender à demanda por habitação de interesse social;
- Trabalho em parceria com municípios para mapeamento de residências em área de risco e atuação preventiva;
- Promover o reassentamento de famílias residentes em área de risco e a requalificação urbana dessas áreas;
- Realizar a retirada voluntária de moradores de rua e instalá-los temporariamente em abrigos, onde serão auxiliados a conseguir emprego e se aplicarem a programas de moradia popular.

DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO



PRINCIPAIS DEFICIÊNCIAS

- Desigualdade de emprego e renda nas 10 regiões do Estado;
- Alto índice de desemprego e de informalidade na economia;
- Burocracia para aprovação de grandes novos projetos no ES (área ambiental);
- Falta apoio à micro, pequena e média empresa, ao agronegócio e à nova economia verde e turismo;
- Lentidão na implantação dos grandes projetos de logística e infraestrutura (duplicação BR 262 ES 010; ferrovia litorânea Sul; porto central);
- Falta de apoio aos quase 350.000 microempreendedores individuais no ES;
- Não envolvimento da participação dos MEIs nas vendas governamentais.

Segundo os dados da Produção Industrial do Espírito Santo (PIM-PF), publicados pelo Instituto Brasileiro de Pesquisa e Estatística (IBGE), em 2018, a queda da produção industrial foi de 1,7%; em 2019, a retração foi de 15,1%; e, em 2020, de -14,5%.

PIB ES	147 Bilhões (IJSN/2021)
PIB POR SETOR	Comércio serviços 68%
	Indústria 22%
	Agronegócio 10%

IJSN(2021)

PAUTA DE EXPORTAÇÃO DO ES 2020	
Minério de Ferro	22,59%
Rochas Ornamentais trabalhadas	13,70%
Celulose	11,55%
Café	11,22%
Óleos brutos de petróleo	11,05%
Produtos semimanufaturados de ferro/aço não ligado	7,25%
Produtos laminados planos de ferro/aço não ligado	4,12%

IDEIES



PRODUÇÃO AGRONEGÓCIO	R\$ (VALOR)
Café	65%
Banana	6%
Pimenta do Reino	6%
Tomate	4%
Mamão	4%
Cana-de-açúcar	2%

IBGE

REGIÃO	PIB POR REGIÃO (%)	POPULAÇÃO POR REGIÃO (%)
Caparaó	2,16%	4,97%
C. Serrana	1,91%	2,51%
C. Sul	5,20%	8,19%
C. Oeste	4,92%	7,04%
L. Sul	13,12%	4,37%
Metropolitana	55,28%	49,26%
Nordeste	3,73%	7,28%
Noroeste	1,96%	4,05%
Rio Doce	9,73%	8,79%
Sudeste Serra	1,99%	3,54%



► PROPOSTAS

- **INVISTA ES** – Promover atração de investimentos privados e o desenvolvimento dos arranjos produtivos locais integrando as cadeias produtivas do ES;
- **EMPREGO FACÍL** – Criar estímulo à geração de oportunidades para jovens e desempregados através de parceria com setor privado com uso de crédito e incentivos fiscais; realizar o cadastro de desempregados, por meio de site acessível a todo o público capixaba, designando estes cidadãos a vagas de emprego em empresas cadastradas no programa;
- **QUALITE ES** – Fortalecer a qualificação técnica da mão de obra capixaba em parceria com o setor privado e sistema S, orientado para necessidades do nosso setor produtivo;
- **REDE INOVA ES** – Criar uma rede integrada de inovação e tecnologia conectada com as vocações regionais e os projetos já existentes;
- **TURISMO ES** – Fortalecer a atividade turística com foco na infraestrutura, qualificação, divulgação nacional e internacional das rotas turísticas capixabas; controle dos processos erosivos do litoral capixaba; melhoria da infraestrutura das orlas;
- **ES – ECONOMIA DO FUTURO** – Criar um PROGRAMA integrado para apoio à NOVA ECONOMIA (Economia Digital, Bio e Nanotec-

nologia etc) Economia verde (Energia Renovável, Ecoturismo e Agronegócio);

- Expandir o aval solidário aos municípios, visando garantir crédito menos burocrático;
- **INFRAESTRUTURA LOGÍSTICA** – Acelerar projetos de melhoria da infraestrutura e logística capixaba através do gerenciamento intensivo de projetos estruturantes com suporte do Fundo Soberano. Apoiar a estruturação de pólos empresariais nas cidades do interior do Estado;
- **INTERIOR FORTE E DINÂMICO** – Organizar investimentos públicos e privados direcionados ao fortalecimento do interior do Estado, promovendo o empreendedorismo, o agronegócio e fortalecendo as micro e pequenas empresas regionais;
- **DÍVIDA ZERO** – Promover o refinanciamento de dívidas das famílias capixabas, promovendo um leilão reverso das referidas dívidas, por meio do Banestes.
- Usar recursos do Fundo Soberano para empréstimo a empresas endividadas;
- Atrair empresas e indústrias para a região sul do estado, por meio de incentivos fiscais
- Implementar uma política de reindustrialização do estado;

- Ampliação do incentivo às empresas e população, através de financiamentos (BANDES, BANESTES) para instalação de energia limpa (solar), com juros subsidiados.

METAS NA ECONOMIA

- Posicionar o ES entre os 3 estados mais competitivos do Brasil (hoje somos o 5º em 2021). (Índice CLP 2021).
- Posicionar o ES entre os 3 Estados com melhor taxa de empregos do Brasil (hoje o ES está em 8º). (Índice IBGE 2021).
- Posicionar o ES entre os 3 melhores PIB's per capita do Brasil (hoje somos o 9º). (Índice IBGE 2021).

Observação: não é admissível que nos melhores indicadores econômicos, sociais e de infraestrutura o ES não esteja entre os 3 melhores estados do Brasil.



INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA



PRINCIPAIS DEFICIÊNCIAS

- Lentidão na implantação dos grandes projetos de logística e infraestrutura, como a concessão da BR 262; duplicação da ES 010, da BR 101 e da ferrovia Litorânea Sul; implantação do porto central;
- Baixa qualidade rodoviária no estado: constatado que quase 60% das rodovias no ES estão em estado geral regular ou ruim (CNT, 2021);
- Limitações estruturais em importantes portos no estado (restrições que impedem uma maior exploração da capacidade comercial e logística);
- Acentuada queda nos embarques de café (fuga das exportações através dos portos de Santos e do Rio de Janeiro) em decorrência de problemas de infraestrutura dos portos capixabas;
- Ausência de um aeroporto regional estruturado na região sul do Espírito Santo, que acaba por limitar uma maior integração;
- Abandono do Programa Caminhos do Campo por parte do atual Governo do Estado;
- Consequências devastadoras do uso do REVISOL na pavimentação de estradas ao meio ambiente e ao dia a dia da população capixaba.

DIAGNÓSTICO

A infraestrutura e a logística são temas centrais na agenda do Espírito Santo, tendo em vista a presença de grandes parques industriais, pela localização privilegiada e também pela grande quantidade de portos no litoral capixaba.

O ES possui grande relevância no transporte de cargas aquaviárias no Brasil, sendo responsável por cerca de 25% da movimentação portuária total. Contudo, em que pese o papel de destaque, há latente necessidade de modernização e ampliação da capacidade portuária para atendimento das mais importantes cadeias econômicas capixabas, como petróleo e gás, rochas, celulose, ferro e derivados, café, etc.

Em termos de rodovias, o cenário é desafiador: a concessão da BR 101 - principal rodovia presente em território capixaba - tem experimentado sucessivos atrasos nas entregas das duplicações de diversos trechos; o leilão da BR 262 foi suspenso (o que requisitará esforços em novas negociações e numa nova modelagem); ES 010, ES 261 e ES 164 com problemas de pavimentação e estrutura (geometria da via) (CNT, 2021).

Nesse contexto, a qualidade da infraestrutura impacta diretamente a competitividade do estado. As deficiências logísticas geram imensos custos adicionais. Estes custos se dão na maior necessidade de manutenção e reposição de veículos e peças, nas perdas de produtos e insumos, no aumento dos prazos logísticos e na elevação dos acidentes e consequente perdas humanas.

O Espírito Santo é atualmente o 5º colocado em termos de competitividade dentre os estados brasileiros (Índice CLP, 2021). Para incremento desse índice, são necessárias ações convencionais, a exemplo da manutenção periódica de rodovias, assim como diretrizes inovadoras, como o incentivo e fomento ao transporte de cabotagem - inclusive com aproveitamento do novo marco regulatório (Lei nº 14.301/2022).

► PROPOSTAS

- Promover esforços junto ao Governo Federal para incremento da execução de obras de melhoria na BR 101 e para maior celeridade no processo de concessão da BR 262 à iniciativa privada;
- Apoiar a estruturação de polos empresariais nas cidades do interior do ES;
- Modernizar e ampliar a capacidade dos portos capixabas, inclusive com suporte dos Fundos Soberano e de Infraestrutura, com especial enfoque no incremento da capacidade de embarque;
- Incentivar o transporte marítimo através da Cabotagem, a “BR do Mar”, com aproveitamento do novo marco regulatório;
- Construção de um aeroporto regional de médio-porte no sul do estado;
- Fomentar a expansão da Ferrovia Litorânea Sul até o Porto Central e a duplicação e ampliação do ramal ferroviário de Portocel;
- Dar continuidade ao Programa Caminhos do Campo;
- Realizar estudo e avaliar a construção de uma nova ponte em Colatina.



TECNOLOGIA E INOVAÇÃO



- **PLATAFORMA DE FOMENTO À INOVAÇÃO E DESENVOLVIMENTO**

Criar uma plataforma promocional envolvendo acadêmicos e empreendedores para aproveitar experiências regionais com o intuito de promover uma cultura de inovação, pesquisa e desenvolvimento de ideias e negócios;

- **VALE DO SILÍCIO CAPIXABA**

Tendo como inspiração o Vale do Silício, berço de Big Techs (gigantes da tecnologia), vamos delimitar uma região que sedia e alimenta um ecossistema inovador de startups promissoras;

- **PORTAL ELETRÔNICO DE GOVERNO PARA EMPRESAS (G2B)**

Criar um portal com objetivo de transformar e desenvolver um ambiente de negócios favorável em todo o Espírito Santo. Será projetado como um centro de comunicação para investidores e comunidade de negócios;

- **INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL NA SEGURANÇA PÚBLICA**

Utilizar recursos de Inteligência Artificial para ser capaz de monitorar e identificar pessoas analisando detalhes faciais específicos; isso pode levar as autoridades a encontrarem pessoas procuradas por suspeitas de crimes;



- **HABITAÇÃO MODERNA**

Com a finalidade de reduzir o ciclo de produção habitacional e os custos envolvidos no processo, utilizar modernas e inovadoras tecnologias de construção;

- **TELEMEDICINA**

Construir um portal avançado para monitoramento de pacientes, troca de informações médicas e análise de resultados de diferentes exames;

- **APLICATIVO DE SAÚDE PESSOAL**

Desenvolver um aplicativo com informações vitais e o histórico do paciente: com ferramentas para relembrar e marcar consultas, dicas diárias e manter constante relacionamento com o usuário;

- **INVESTIMENTO EM CIÊNCIA E TECNOLOGIA NA EDUCAÇÃO**

Investir em projetos de fomento à ciência e tecnologia nas escolas de ensino médio do estado, e também em parceria com o IFES e a UFES;

PRINCIPAIS DEFICIÊNCIAS

- Baixo índice de esgoto tratado no estado: 45,2% em 2020;
- Muitos municípios ainda destinam os resíduos sólidos para lixões;
- Ausência de parcerias com os municípios para ajudar na elaboração dos Planos de Saneamento envolvendo os eixos (água, esgoto, drenagem e resíduos sólidos);
- Reduzido corpo técnico dos órgãos ambientais (SEAMA, IEMA, AGEHR e Polícia Ambiental), o que dificulta os investimentos que demandam análises ambientais e prejudica o desenvolvimento econômico do estado;
- Déficit de técnicos e especialistas em análises ambientais;
- Ausência de concurso público para valorizar os profissionais da área e atrair mão de obra qualificada necessária à redução do número de demandas reprimidas;
- O desmantelamento dos órgãos ambientais facilita a degradação ambiental em áreas de interesse ecológico;
- Falta de prevenção e preparação para tragédias climáticas, como chuvas ou queimadas intensas;
- Altos índices de poluição do ar nas grandes cidades, do solo e da água.

► PROPOSTAS

- Ampliar a cobertura de saneamento básico – esgotamento sanitário, nos municípios, atendendo ao marco regulatório do saneamento básico;
- Investir em redes coletoras de esgoto e tratamento nos municípios e comunidades de pequeno porte, universalizando a coleta e tratamento;
- Estimular parcerias para implantação da coleta seletiva nos municípios;
- Apoiar ações para o fechamento de lixões ainda ativos nos municípios capixabas, a fim de garantir o cumprimento do prazo previsto no Marco Legal do Saneamento (2024);
- Desenvolver Programa de Educação Ambiental com Ênfase em Resíduos Sólidos e Hídricos;
- Desenvolver programa de apoio à recuperação dos rios que compõe as bacias hidrográficas responsáveis pelo abastecimento de água das cidades;
- Apoiar programas de estímulo ao poder público municipal para o desassoreamento dos rios e recuperação da mata ciliar;
- Promover estudos que possibilitem alternativas para melhoria da qualidade da água que abastece a população residente na região do litoral norte e noroeste do Espírito Santo;
- Ampliação do Programa Reflorestar;
- Desenvolver programa de apoio aos municípios à gestão ambiental de nascente;
- Ampliar a gestão do uso, controle e preservação dos recursos hídricos;
- Elaborar projetos regionais e construir barragens de acúmulo de água para abastecimento;
- Implantação de um projeto de captação de água em Conceição da Barra para abastecimento de São Mateus e região norte;
- Identificar e recuperar as nascentes das bacias hidrográficas das microrregiões;
- Ampliar e conservar a cobertura florestal do Estado, bem como promover e incentivar o reflorestamento de áreas ambientais degradadas por queimadas e pelo desmatamento ilegal, inclusive com o apoio da iniciativa privada;
- Estimular a reutilização de água em parceria com municípios, sociedade civil e iniciativa privada;
- Apoiar ações de estímulo a práticas sustentáveis nas propriedades rurais;

- Implantar projetos de geração de energia em prédios públicos e de desenvolver programa de estímulo à implantação nos prédios públicos municipais;
- Melhoria da qualidade do ar, parcerias visando a otimização da fiscalização de emissão de poluentes;
- Desenvolver parcerias para explorar de forma sustentável as unidades de conservação;
- Reformar e agilizar o licenciamento ambiental estadual;
- Fortalecer a AGERH (Agência Estadual de Recursos Hídricos) para fins de ampliar a capacidade de fiscalização de agência e a capacidade de respostas à demandas reprimidas;
- Reestruturação e fortalecimento do IEMA (Instituto de Meio Ambiente e Recursos Hídricos), com ampliação do corpo técnico, modernização dos processos de trabalho e dos recursos materiais;
- Reformulação da SEAMA (Secretaria do Meio Ambiente e Recursos Hídricos), com delimitação clara e objetiva das atribuições, focada no desenvolvimento de ações de estímulo e fortalecimento dos órgãos ambientais municipais, além do desenvolvimento de políticas ambientais, especialmente de proteção e recuperação ambiental;
- Defesa e proteção dos povos indígenas e ribeirinhos do Espírito Santo;
- Promover o estudo morfodinâmico do litoral capixaba.



PRINCIPAIS DEFICIÊNCIAS

- Renda média das famílias rurais é inferior a das famílias urbanas;
- Deficiência nas estradas vicinais não-pavimentadas e estradas rurais em má conservação;
- Mudanças climáticas causando danos ao agronegócio (secas, enchentes, altas temperaturas, falta de água no meio rural).

► PROPOSTAS

- Apoiar o empreendedorismo rural com foco na qualificação, tecnologia, extensão rural e acesso a mercados novos;
- Apoio à agricultura familiar, ao agronegócio e agroturismo rural, gerando mais oportunidades e renda no campo (crédito e extensão rural);
- Criação de programas de aquisição de alimentos da agricultura familiar para as instituições públicas;
- Estímulo à integração dos pequenos produtores a redes de comércio justo e de economia solidária, e criação de mais espaços de venda direta (feiras, hortomercados, mercados municipais);
- Zoneamento agroecológico e agrário, ordenando a ocupação e uso da terra e de outros recursos naturais, em especial da água;
- Investimentos intensivos em infraestrutura, vias rurais, comunicação, internet rural e sistemas de energia, aproximando o produtor rural com o comprador;
- Promover o turismo rural;
- Apoio aos sistemas de pequenas barragens rurais (barraginhas);
- Assistência técnica e gerencial dos órgãos públicos;
- Gestão eficiente das águas e nascentes;
- Combater o sucateamento pelo atual governo do Estado no Incaper - Instituto Capixaba de Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural para que o instituto possa dar o devido apoio técnico aos agricultores capixabas;
- Propiciar as condições e instruir o pequeno produtor rural a adimplir com o pagamento dos tributos devidos;

TURISMO



PRINCIPAIS DEFICIÊNCIAS

- Ausência de políticas públicas para o desenvolvimento do Turismo;
- Ausência de lei estadual que regulamenta as atividades;
- Falta de compreensão das diversas pastas do governo como atividade fim para o desenvolvimento do Turismo;
- Falta de conhecimento do Programa de Regionalização do Turismo que regulariza e ordena o Mapa do Turismo, instrumento de gestão do setor no qual destina uma gestão com foco nos municípios;
- Ausência de compor o Turismo como elo para a economia do estado, traçando uma interlocução com o Turismo de Negócios junto as indústrias, unindo o Turismo e a agricultura como fator de complementação de renda;
- Ausência de sinalização turística em todo o estado;
- Ausência de programas de inovação e tecnologia para melhorar a competitividade do destino ES;
- Ausência de programas voltados para qualificação e estruturação do setor;
- Ausência de programas e ações de divulgação;

► PROPOSTAS

- Potencializar o Turismo como vetor do Desenvolvimento Sustentável;
- Fomentar a existência de Associações, Cooperativas, Organizações da Sociedade Civil, Sindicatos e Consórcio;
- Mapear o setor, segmentando as atividades características do turismo, implementando pesquisas específicas para a região. Há poucas pesquisas a nível regional;
- Ampliar a sinergia entre a cadeia do turismo com a cafeicultura, ampliando, assim, a geração de emprego e renda no estado;
- Fortalecer e estimular a cadeia produtiva do artesanato local como produto turístico;
- Fomentar e fortalecer parcerias entre instituições de pesquisa e ensino com a Instância de Governança Regional;
- Fortalecer a cadeia de cafés especiais, focando no desenvolvimento do produto Turismo de Vivências e Experiências, a fim de ampliar o rendimento das propriedades por meio de serviços;
- Fomentar a cadeia produtiva do turismo rural, e fortalecer as atividades juntamente com a governança regional;
- Fortalecer produtos turísticos com as características peculiares da região, vivências nas comunidades sustentáveis;
- Agregar as atividades turísticas juntamente com a produção agrícola e industrial;
- Estruturar e fortalecer os roteiros turísticos existentes, com a prioridade na diversificação da oferta em diversos segmentos, como cultural, religioso, agroturismo, ecoturismo, turismo de aventura, cicloturismo, observação de fauna e flora, negócios e eventos, entre outros;
- Implementar projetos de infraestrutura, criando condições para o desenvolvimento das atividades, como obras, manutenção e melhoria nas estradas, política pública de saneamento e tratamento de água, recuperação e preservação de mananciais hídricos, entre outros;
- Estimular a gestão integrada e concessões para atividades turísticas nas Unidades de Conservação;
- Formar e capacitar a mão de obra local para desempenharem atividades no setor;

- Fortalecer e aprimorar um canal de informações turísticas online;
- Estimular a criação de plataformas e aplicativos online para comercialização dos produtos turísticos do estado;
- Explorar negócios ligados aos recursos naturais (biodiversidade), com desenvolvimento de pesquisas e geração de novos conhecimentos e tecnologias (ES2030);
- Promover capacitação para o trabalho e o empreendedorismo (associativismo e cooperação) aproveitando- se da presença de instituições de ensino técnico e superior relacionadas às atividades econômicas locais em todo território estadual (ES2030).
- Criar políticas públicas para o desenvolvimento do Turismo no estado;
- Sancionar lei estadual que regulamenta as atividades;
- Atrelar as pastas do governo para uma melhor compreensão técnica para o desenvolvimento do Turismo do ES;
- Criar decretos e portarias que descrevam as condições à gestão do turismo, com as premissas definidas no Programa de Regionalização do Turismo, Mapa do Turismo e categorização dos municípios;
- Definir prioridades nas ações de infraestrutura em áreas turísticas;
- Criar Programa de Junção do Turismo com a base econômica do estado, ações que unem, indústria, agricultura, cultura, entre outros;
- Criar projeto de maximizar e implementar sinalização turística em todo o estado;
- Criar condições para desenvolvimento de tecnologias a favor do Turismo do estado;
- Criar programa de qualificação para o Turismo de forma contínua com o objetivo de melhorar o atendimento do serviço e gerar emprego e renda para os capixabas;
- Criar calendário oficial de eventos geradores de fluxo turístico;
- Criar e implementar plano de marketing e ações de divulgação do Espírito Santo;
- Criar calendários fixos de eventos a serem divulgados nacionalmente, a exemplo de Gramado, como a “Semana do Bacco”, voltado para vinhos na região das montanhas capixabas no inverno e “Semana dos frutos do mar” incentivando o Turismo fora de época nas praias.

MOBILIDADE URBANA



Segundo a Lei 12.587/12, os Estados são responsáveis por gerir e integrar os aglomerados urbanos e as regiões metropolitanas. Cabe aos gestores públicos apresentar soluções para o tráfego de veículos e pessoas que circulam pelas infraestruturas urbanas e rodoviárias do seu Estado.

Estas infraestruturas inter-relacionadas com um planejamento sistêmico geram benefícios, visto que a mobilidade e o transporte de pessoas e bens são importantes instrumentos de desenvolvimento econômico e qualidade de vida dos cidadãos. Segundo visitas realizadas nos 78 municípios do Espírito Santo, constatou-se demandas que serão definidas no Plano de Governo 2023-2026.

NA REGIÃO METROPOLITANA DA GRANDE VITÓRIA:

► PROPOSTAS

- Segurança nos deslocamentos das pessoas, com foco na acessibilidade universal;
- Priorização do transporte coletivo em detrimento do transporte individual motorizado, fiscalizando sua eficiência, eficácia e efetividade na prestação dos serviços;

- Adoção de incentivos financeiros e fiscais, como a redução de ICMS sobre o óleo diesel, utilizado em ônibus urbanos e veículos de transporte de carga;
- Realização de reformas estruturantes e melhorias nos principais terminais de ônibus da Grande Vitória;
- Priorização dos modos não-motorizados como a bicicleta, expandindo a malha de ciclovias seguras;
- Realizar estudo acerca de obras de infraestrutura que possam solucionar o problema de engarrafamento diário do trânsito entre Vitória e Vila Velha, bem como dar continuidade às obras paradas relativas ao Aquaviário;
- Priorização do transporte aquaviário ligando os municípios da Grande Vitoria, com bilhetes interligados ao Sistema Transcol e infraestrutura de apoio às bicicletas;
- Relocação do Terminal de Carapina para BR 101;
- Fiscalização efetiva nas vias de acesso às grandes empresas, visando a proibição de estacionamento de veículos em via pública;
- Manutenção das pontes de acesso à Capital;
- Implantação de macrodrenagem preventiva e limpeza sistêmica de canais e aquedutos em áreas de alagamentos como Cariacica e Vila Velha;
- Fazer a revisão do preço cobrado nas passagens de ônibus e das taxas de pedágios. No que toca ao preço das taxas de pedágio, realizar a revisão da concessão em favor da Rodosol, que se finda em 2023.

NOS DEMAIS MUNICÍPIOS:

- Segurança nos deslocamentos das pessoas, com foco na acessibilidade universal;
- Ampliação e qualificação da infraestrutura rodoviária, pavimentando, recapeando e revisando a sinalização das estradas do meio rural;
- Construção de contorno nas cidades de: Nova Venécia, Santa Leopoldina, Santa Maria de Jetibá, Santa Teresa, São Roque do Canaã, Cachoeiro de Itapemirim e Itaoca;
- Construção da Ponte Cachoeirinha em Alfredo Chaves, da Segunda Ponte de Alto Rio Novo, da Terceira Ponte em Colatina e revisão e manutenção das pontes rurais existentes;
- Implantação de macrodrenagem preventiva e limpeza sistemática de canais e aquedutos em áreas de alagamentos com fiscalização efetiva de construções à beira rio;
- Priorização do transporte coletivo em detrimento do transporte individual motorizado, fiscalizando sua eficiência, eficácia e efetividade na prestação dos serviços;
- Adoção de incentivos financeiros e fiscais, como a redução de ICMS sobre o óleo diesel, utilizado em ônibus urbanos e veículos de transporte de carga;
- Priorização dos modos não motorizados como a bicicleta, expandindo a malha de ciclovias seguras;
- Aprimorar a sinalização do trânsito nas cidades do interior, por meio do DETRAN.

PRINCIPAIS DEFICIÊNCIAS

- Grande insatisfação do setor cultural com a má distribuição dos recursos estaduais para a cultura;
- Pouco debate sobre definição de áreas a serem contempladas nos editais estaduais;
- Pouco uso da tecnologia nas ações e execução de políticas culturais;
- Lentidão na execução das políticas culturais;
- Baixo investimento financeiro e tecnológico em economia criativa;
- Baixo incentivo para pontos de cultura;
- Falta de incentivo e oportunidades aos artistas amadores e de pequeno porte.

► PROPOSTAS

- Preservar e promover o acesso ao nosso patrimônio material, imaterial e natural, defendendo e promovendo as diferentes formas culturais do nosso Estado, pois a expressão cultural tem papel importante na formação do homem e na formação da nossa identidade;
- Despertar ainda mais o interesse do público aos bens e conhecimentos culturais, criando mecanismos que facilitem o acesso a esses espaços;
- Incentivar e apoiar as iniciativas da classe artística, em conformidade com as tradições de cada município;
- Promover maior intercâmbio artístico cultural com as cidades do Estado, visando o compartilhamento de conhecimento técnico e saberes no campo da diversidade cultural de cada região;
- Criar e promover festivais de Música, Teatro, Dança e Arte Urbana;
- Promover intercâmbio artístico cultural entre as entidades do Terceiro Setor;
- Fortalecer e valorizar os Conselhos Municipais de Cultura e do Patrimônio Histórico;
- Promover a integração e articulação entre as ações da Cultura com a Educação e outras políticas intersetoriais;
- Implementar medidas que equiparem a execução da política estadual com as mais modernas e atualizadas formas de gestão cultural;
- Ampliação de ações e programas de governo de maneira que melhor acolha o artista, trabalhador do setor, fazedor cultural e prestadores de serviço de eventos e entretenimento;

- Municipalizar os debates, democratizar ainda mais a definição de aplicação dos recursos da cultura por meio de conferências livres regionais;
- Promover concursos trimestrais para incentivo e divulgação de novos artistas capixabas;
- Realizar a ampliação e capilarização da FAMES e de seus serviços em outras regiões do Espírito Santo, com o enfoque de sua instalação em comunidades mais carentes;
- Reformular o Mapa Cultural;
- Propor a “CPI do Cais das Artes” para investigar os gastos vultuosos com a referida obra que está há anos paralisada em razão de suspeitas de irregularidades. Além disso, passar a fazer intensa fiscalização no andamento da obra, com a finalidade de que fique pronta até o fim do mandato (2023-2026);
- Atualizar o inventário cultural;
- Articulação para a consecução de Pontos e Pontões de Cultura;
- Ampliar a parceria com os municípios visando a elaboração de seus planos e organização de seus sistemas de cultura.

Sem a cultura, e a liberdade que ela pressupõe, a sociedade, por mais perfeita que seja, não passa de uma selva.

É por isso que toda a criação autêntica é um dom para o futuro. (Albert Camus)

ESPORTE

PRINCIPAIS DEFICIÊNCIAS

- Pouco debate popular e baixa participação coletiva na consecução das políticas esportivas estaduais;
- Perda de grandes nomes do esporte estadual para clubes de outros estados por falta de estrutura;
- Poucos programas de real relevância e resultados;
- Lentidão nos processos e consecução de parcerias com Organizações da Sociedade Civil - OSCs;
- Baixa parceria com a iniciativa privada;
- Pouca parceria e apoio aos clubes capixabas;
- Pouco estímulo e investimento no futebol capixaba;
- Preterimento de algumas modalidades esportivas em detrimento de outras;
- Pouca interação e diálogo com os atletas do estado.

DIAGNÓSTICO

A Política Estadual de Esporte e Lazer, componente estratégico do desenvolvimento integrado e social, tem por objetivo promover ações e políticas destinadas a assegurar o direito do cidadão à prática esportiva e de lazer para desenvolvimento integral da pessoa humana.

O presente trabalho visa obedecer às regras gerais das leis e normas desportivas, pautadas pela colaboração, cooperação, democratização e comprometimento, pela competência dos envolvidos e seguindo a orientação metodológica de cumprir viés municipalista e democrático em suas propostas elencadas.

O Esporte e o Lazer devem constituir direito social da população capixaba, contemplando as dimensões das práticas formais e não-formais, entendendo que o esporte e o lazer são fenômenos sociais distintos, mas, de certo modo, confluentes, priorizando o desenvolvimento humano e a inclusão social através da Dimensão do Esporte de Participação, sem prejuízo de suas prerrogativas.

Outra importante vertente é a Iniciação Esportiva, que focada na criança e adolescente funciona como base, para democratizar o esporte e descobrir novos talentos, que podem vir a ser promessa de futuro no esporte e na vida. E finalmente, o Esporte de Rendimento. Neste ponto é quando a gestão visa o chamado Alto Rendimento, onde acontece o

aprimoramento de expressivos resultados, por meio de treinos sistematizados e participações em competições profissionais.

Definitivamente o Esporte e o Lazer são fatores de desenvolvimento humano, na perspectiva da cidadania, da sustentabilidade humana e ambiental, contribuindo para formação integral das pessoas e melhoria da qualidade de vida do conjunto da sociedade, não devendo ser visto unicamente como um instrumento para atenuar ou solucionar os problemas sociais.

A melhor maneira de fazer as políticas públicas chegarem de forma correta, justa e inclusiva no cidadão é pelo caminho do amplo debate democrático. Para isso o Governo do Estado precisa promover conferências e estimular os municípios a realizar suas conferências de igual forma, para assim extrair os apontamentos provenientes daqueles que são os protagonistas da política.

Também no aspecto da política do esporte, o Governo precisa chegar até aos municípios com políticas públicas e parcerias que deem conta das especificidades locais. O nosso Estado, tão cheio de talentos, precisa utilizar os recursos públicos e incentivar parcerias privadas de forma a otimizar e ajudar os esportistas locais a terem o apoio necessário para que possam cada vez mais elevar o nome do Espírito Santo em nível nacional e internacional.

► PROPOSTAS

- Elaborar Plano Estadual de Esporte debatendo com todos os esportistas locais;
- Reformular o Sistema Estadual do Esporte;
- Mapeamento dos principais equipamentos esportivos gerando um inventário e disponibilizando por meio de sistema digital aos municípios;
- Montar um cronograma de capacitação permanente para os municípios junto a ESESP;
- Articulação para a melhora no aporte privado no futebol capixaba;
- Ampliar a parceria com os municípios visando a elaboração de seus planos e organização de seus sistemas de esporte;
- Sistematização das ações de preservação dos equipamentos e ampliação de ofertas de novos parques esportivos;
- Melhoramento da gestão do esporte no aspecto da saúde preventiva;

- Cuidar com maior atenção dos centros de treinamento e iniciar programa de repatriamento de atletas;
- Revisar a Lei Estadual de Incentivo ao Esporte;
- Incentivar a prática das mais diversas modalidades esportivas proporcionando condições e locais adequados para seu desenvolvimento;
- Realizar estudo para averiguar a viabilidade de ampliação do Programa Bolsa-Atleta.



GOVERNANÇA



A governança é a forma pela qual um governo exerce o poder estatal, englobando a gestão de recursos sociais, econômicos de um território em busca de seu desenvolvimento, por meio de estratégias de planejamento, formulação de políticas, programas e projeto de interesse da população.

Num regime democrático, a governança envolve a garantia do Estado de Direito, a transparência das ações de governo, a gestão democrática, o respeito à inclusão e diversidade político-sociais, a efetividade e responsabilização e prestação de contas (accountability).

No governo estadual a governança busca a confiabilidade em suas ações, por parte da população, por intermédio de instrumentos de mecanismos de monitoramento e controle social, capazes de assegurar o comportamento ético de gestores públicos no cumprimento de entregas efetivas à população, e todos os seus segmentos representativos.

A boa governança estatal prima pelo alcance de resultados positivos dos governos nas suas diversas funções, evitando-se o desperdício de dinheiro público. Quanto maior a governança, maior a efetividade das políticas públicas e, em consequência, a qualidade da gestão pública no alcance de resultados positivos.

A governança estatal compreende relações bem definidas entre os agentes públicos e a sociedade civil e sociedade política. Na esfera da

sociedade civil trata-se de dar voz e representatividade aos segmentos organizados como: os movimentos sociais; os sindicatos de trabalhadores e entidades empresariais; as entidades estudantis; as instituições do terceiro setor, por exemplo. Já a sociedade política envolve as articulações com o poder legislativo estadual, federal e municipais e os executivos municipais e federal.

A boa governança engloba dois polos: 1) O Campo social: políticas públicas inerentes às funções de educação, saúde, direitos humanos e cidadania, bem-estar social (combate à fome, habitação e segurança pública) e sustentabilidade; 2) O Campo econômico: políticas públicas que possam pensar a alavancagem do desenvolvimento econômico regional capaz de garantir a sustentabilidade, a empregabilidade, a melhoria de infraestrutura e logística necessárias, respeitando-se as potencialidades regionais.

Para isso, o governo deve institucionalizar em todos os âmbitos da governança estadual um sistema de valorização profissional dos servidores públicos com base em metas a serem atingidas em cada área .

Deve também discutir a criação de Conselhos Regionais de Desenvolvimento Sustentável responsáveis por propor, debater, acompanhar e controlar, socialmente, políticas públicas inerentes ao desenvolvimento de cada região. Cada Conselho Regional concentraria as demandas dos municípios de cada região. Assim, teríamos os municí-

pios debatendo suas demandas e potencialidades para seu Conselho Regional. As posições de cada um desses Conselhos Regionais são levadas ao Governo Estadual para deliberações. Essas entregas dos Conselhos serão balizadoras do Planejamento Estratégico Governamental, definindo prioridades articuladas regionalmente.

Cabe às Secretarias de Governo e Planejamento Estratégico as articulações necessárias das funções governamentais para o alcance de resultados definidos por meio desses Conselhos em consonância com as capacidades e recursos. Dessa forma, pode se falar de um governo que dará voz aos municípios e seus munícipes, efetivando políticas estatais de cunho regional, responsáveis pelo desenvolvimento sustentável do Estado como um todo.

Outro instrumento importante da boa governança é o incentivo para a formação de Consórcios Municipais que garantiriam ao governo estadual diálogos em prol do apoio às políticas articuladas.

A transparência nas/das ações de governo devem ser uma prioridade e potencializadas via tecnologias da informação, disponibilizando-se, inclusive totens em locais de maior visibilidade nos municípios com informações aos cidadãos sobre cada função de governo. A transparência deve ser fortalecida pelo maior acesso do cidadão ao governo,



por meio de informatização de procedimentos e serviços online, capazes de mitigar excessos de emperramentos burocráticos que dificultam a agilidade da máquina pública.

Para além disso, pretende-se institucionalizar em todos os âmbitos da governança estadual um sistema de valorização profissional dos servidores públicos com base em metas a serem atingidas em cada área

A ESESP (Escola de Serviço Público do Espírito Santo) irá exercer um papel fundamental na modernização da máquina administrativa do governo, pensando não somente em cursos, mas em pesquisa e desenvolvimento de projetos que irão facilitar a desburocratização da máquina pública.

A política só faz sentido quando trabalha para melhorar a vida das pessoas.

(Audifax)

